




C A P Í T U L O 10

ANÁLISE DA EVASÃO DO CURSO TÉCNICO OFERTADO PELA REDE FEDERAL DE ENSINO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.28725030910>

Samantha Silva Gomes

(in memoriam)

Professora do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade
Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

Ruana de Souza Batista Meireles

Estudante de Mestrado do Programa de em Congnição e Linguagem

Renata Alves Figueiredo

Estudante de Mestrado do Programa de em Congnição e Linguagem

RESUMO: Esta pesquisa traz uma Revisão Sistemática da Literatura sobre evasão escolar em cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de mapear como a temática tem sido tratada em dissertações e teses que abordam o fenômeno da evasão. Para complementar, foi realizada uma análise estatística do comportamento de uma turma do curso técnico em Eletromecânica, que ingressou no ano de 2023 e tem previsão de conclusão em 2024, buscando identificar a proporção de evasão e apontar possíveis estratégias para minimizá-la ou solucionar o problema.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão, Ensino Técnico, Rede Federal de Educação.

ANALYSIS OF DROPOUTS FROM THE TECHNICAL COURSE OFFERED BY THE FEDERAL EDUCATION NETWORK

ABSTRACT: This research presents a systematic literature review on school dropout rates in technical programs within the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education. It aims to map the approach to this topic in dissertations and theses produced on the topic. Therefore, it conducted a statistical analysis of the behavior of an electromechanics class that entered in 2023 and graduated in 2024, to determine the dropout rate and possible solutions or mitigation measures.

KEYWORDS: Dropout, Technical Education, Federal Education Network.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada se insere na linha de estudos referentes a Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), além de estar vinculada ao Macroprojeto 1, que trata de métodos e materiais didáticos em ambientes formais e informais de ensino na EPT. O foco da análise é a evasão escolar dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e suas severas implicações, tanto para as instituições quanto para os estudantes. A evasão resulta em diminuição de recursos financeiros e encerramento de cursos, enquanto os alunos sofrem consequências como a queda na autoestima, desemprego e falta de qualificações, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. A investigação sobre a evasão escolar é multifacetada, englobando aspectos econômicos, sociais, acadêmicos e psicológicos. Neste texto, são examinadas as razões por trás desse fenômeno, além de sugerir abordagens baseadas nas informações da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que destacam padrões significativos para o desenvolvimento de intervenções. A pesquisa valida que a evasão é afetada por diversos fatores e recomenda melhorias no apoio psicossocial, nas condições de infraestrutura e nas políticas de inclusão. Além de oferecer um panorama sobre a literatura existente e iniciativas governamentais, o texto sublinha a relevância de investigações futuras para expandir a compreensão da evasão e criar soluções inovadoras. Entre essas iniciativas estão estudos longitudinais, comparações regionais e a análise de políticas já implementadas. A participação da comunidade, a adoção de tecnologias e o cuidado com os aspectos emocionais dos alunos são componentes cruciais para combater a evasão de maneira eficaz e fomentar uma educação mais inclusiva e justa, Paat, 2025.

O estudo examina o problema da evasão escolar, um fenômeno que afeta instituições de ensino em diversos níveis e que não se limita ao contexto brasileiro. Há décadas, essa temática vem sendo investigada, abrangendo os níveis fundamental, médio e superior. Entretanto, no âmbito da educação profissional, a discussão ganhou destaque significativo após a divulgação do relatório de auditoria operacional pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que analisou as iniciativas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em 2013. Um dos principais objetivos dessa auditoria era “caracterizar a evasão e propor medidas para sua mitigação”. Realizada entre agosto de 2011 e abril de 2012, a auditoria apresentou informações relevantes sobre taxas de abandono e conclusão escolar. O relatório do TCU de 2013 sugere melhorias no acompanhamento escolar e social dos estudantes, especialmente por meio do programa de Assistência Estudantil. Também recomenda analisar a viabilidade de ajustes nos critérios do PNAES ou elaborar normativas específicas voltadas para outras formas de auxílio, direcionadas a alunos em situação

de vulnerabilidade ao abandono escolar. Mais recentemente, em 2023, foi realizada outra auditoria na RFEPECT, evidenciando uma taxa média de evasão de 41% nos cursos técnicos (Brasil, 2024). Os dados revelaram um cenário distinto daquele planejado no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014).

As altas taxas de evasão desafiam o alcance das Estratégias 11.11 e 12.3, previstas, respectivamente, nas Metas 11 e 12 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014), que objetivam a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Além de comprometer a formação e a qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, a evasão resulta em ociosidade de vagas e desperdício de recursos públicos, dentre outros problemas (Brasil, 2024, p. 3)

FUNDAMENTO TEÓRICO

A educação é um dos mais importantes desafios sociais enfrentados pelo Brasil, e o fenômeno da reprovação escolar é um reflexo da exclusão social que resulta de um sistema capitalista que perpetua as desigualdades sociais. A literatura aponta diversos elementos como responsáveis pela evasão escolar, incluindo a situação financeira dos estudantes, falta de interesse nas aulas, estrutura familiar, etnia, variações geográficas, e bagagem cultural, entre outros. Portanto, devido à variedade de causas, é necessária uma gama de ações para lidar com essa questão. Com o intuito de diminuir esses fatores, foi estabelecido em 2010 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010), que visa dar suporte a alunos por meio de bolsas, auxiliar pedagógico e outras medidas de assistência. As instituições de ensino seriam responsáveis por implementar, monitorar, avaliar e desenvolver essas ações.

Nos últimos anos, a evasão escolar tem registrado um aumento significativo. É evidente que as dificuldades enfrentadas pelos candidatos que aspiram se tornar alunos, como o acesso ao sistema Gov.br e outros entraves burocráticos, surgem já no momento do processo seletivo para ingresso nos cursos oferecidos pela instituição. A insuficiência de preparo para lidar com a tecnologia atual, junto ao complexo arcabouço virtual inserido na sociedade contemporânea, gera enormes obstáculos para os candidatos e suas famílias durante a etapa de inscrição no processo seletivo. Mesmo após superar essas barreiras iniciais, o aluno continua exposto, ao longo de sua trajetória acadêmica, a fatores de evasão escolar que ainda carecem de estudos aprofundados. A abrangência das causas da evasão escolar é diversa, englobando elementos socioeconômicos, familiares, institucionais e individuais. Pesquisas em diferentes contextos têm explorado essas causas, suas consequências e proposto estratégias para prevenção e intervenção. Estudos anteriores têm contribuído significativamente para compreender esse fenômeno e desenvolver políticas educacionais mais eficazes. No entanto, ainda existem lacunas no conhecimento sobre o tema que demandam investigações adicionais. Por conta da diversidade de contextos regionais, as causas e características da

evasão podem variar substancialmente, reforçando a importância de estudos específicos em diferentes localidades. Dada sua complexidade e múltiplas facetas, a evasão escolar exige abordagens interdisciplinares para ser compreendida de forma integral. O processo educativo transcende uma visão meramente mercadológica ou econômica. Ele busca preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do novo século enquanto promove uma formação humana ampla, englobando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Nesse contexto, com o objetivo de auxiliar as instituições de ensino na formulação de estratégias eficazes para o enfrentamento das taxas de evasão, foi realizado um mapeamento de dissertações e teses relacionadas a esse tema. O recorte temporal analisado teve início em 1996, ano em que foi emitido um relatório com recomendações da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, instituída pelo governo federal no ano anterior, e se estende até 2024, quando as fontes de pesquisa foram exploradas. Nesse período, o foco foi identificar os elementos discutidos, as metodologias empregadas na condução dos estudos e as contribuições para o aprimoramento da retenção estudantil e do sucesso acadêmico. A metodologia aplicada foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), baseada nas etapas delineadas por Costa e Zoltowski (2014) e apoiada pelas diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), conforme detalhado por Page et al. Esta investigação justifica-se devido aos efeitos prejudiciais do abandono do ensino profissional no crescimento intelectual,

A falta de profissionalismo e ética entre os estudantes pode prejudicar suas oportunidades de progresso financeiro e social; há um uso inadequado de recursos públicos; há diminuição na disponibilidade de trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho e para o crescimento econômico em várias áreas. A RSL oferece uma síntese e uma análise das pesquisas acadêmicas pertinentes ao assunto, fornecendo informações que podem ajudar na compreensão do tema estudado e na identificação de possíveis áreas que necessitam de pesquisa.

A ampliação da RFEPECT tem possibilitado que indivíduos socialmente marginalizados tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Entretanto, o aumento desse acesso tem sido confrontado com altos níveis de desistência, apresentando um desafio para a realização da meta 11 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). A ampliação da RFEPECT tem possibilitado que indivíduos socialmente marginalizados tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Entretanto, o aumento desse acesso tem sido confrontado com altos níveis de desistência, apresentando um desafio para a realização da meta 11 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

META 11 -Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Estratégias:11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional; [...]

11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior; [...] 11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte); 11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio; 11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. (Brasil, 2014)

Segundo Patto(2022) é um dos grandes desafios sociais enfrentados pelo Brasil, e a realidade do insucesso escolar resulta da exclusão social originada por um sistema capitalista que faz com que as desigualdades sociais pareçam normais. A literatura aponta várias razões para o fenômeno da evasão escolar, incluindo aspectos como a situação econômica do aluno, falta de interesse pelo curso, estrutura familiar, etnia, variações regionais, e experiências culturais, entre outros. Assim, devido à variedade de razões, é necessário implementar um conjunto diversificado de medidas para enfrentar essa questão. Com o objetivo de mitigar esses problemas, foi estabelecido em 2010 o Plano Nacional de Assistência Estudantil, uma política pública que visa apoiar os alunos por meio de bolsas, orientação pedagógica e outras formas de ajuda. A condição para isso é que as instituições de ensino realizem, supervisionem, avaliem e melhorem essas ações.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A “delimitação da questão do estudo” orientou-se sobre a “Evasão Escolar no curso de eletrotécnica especificamente Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Fluminense no *campus* São João da Barra da Rede Federal com ingresso no ano de 2023 no primeiro e segundo semestre, totalizando cento e vinte e cinco estudantes, sendo 33% evadiu somado com primeiro e segundo módulos, conforme a Tabela 1.

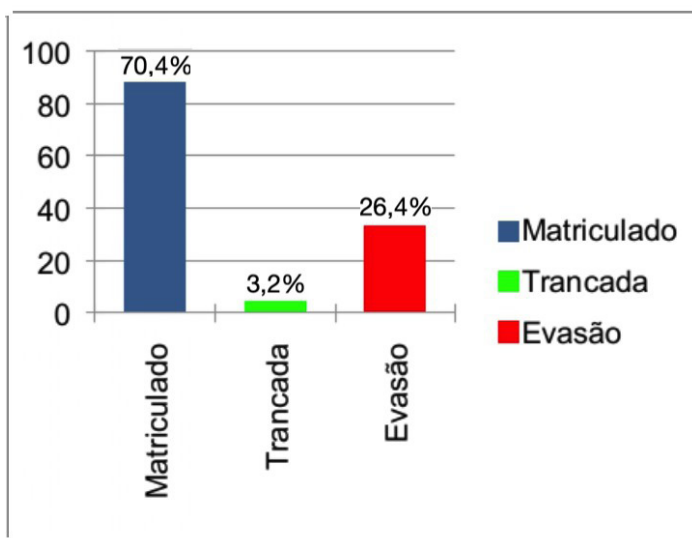


Tabela 1 - Ingressos de estudantes no ano de 2023

No levantamento do ano 2024, o resultado é dos ingressantes de 2024 somado com alunos de dependências dos anos que terminar neste ano, o que totaliza trezentos e trinta, sendo que evasão com índice de alerta, conforme a Tabela 2.

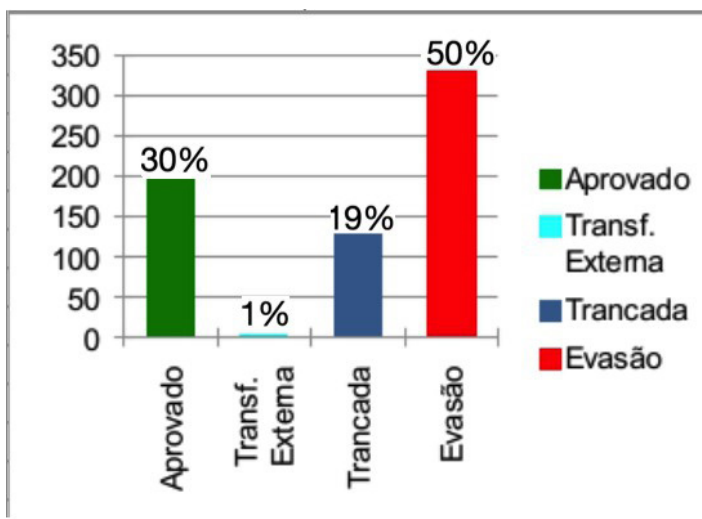


Tabela 2 - Análise da situação dos estudantes no 2024.

CONCLUSÃO

A expansão e a interiorização da RFEPCT ocorreram sem garantir condições adequadas para a permanência e o êxito dos estudantes. Entre os problemas apontados estão a insuficiência de re- cursos destinados à assistência estudantil e à alimentação, a carência de equipes multiprofissio- nais, limitações na infraestrutura das instituições de ensino e a ausência de transporte escolar efi- caz para alunos de áreas rurais, tanto pelo Programa Caminho da Escola quanto pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Essas lacunas contribuíram para que o processo de ex- pansão e interiorização da rede fosse realizado em condições inadequadas, dificultando a imple- mentação de estratégias eficazes pelas instituições e resultando no aumento das taxas de evasão. Além disso, o alinhamento parcial das orientações da Setec/MEC com as diretrizes do Plano Naci- onal de Educação 2014-2024 gerou planos estratégicos desenvolvidos pelas instituições que, em- bora voltados para a permanência e o sucesso dos estudantes, não incluíram metas claras e pro- gressivas para a elevação das taxas de conclusão dos cursos técnicos e de graduação. Em sínte- se, essas inconsistências reforçaram a não conformidade com os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, evidenciando a necessidade de um planejamento mais integrado e bem estruturado para enfrentar a evasão escolar.

A evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, particularmente nas instituições da RFEPCT, caracteriza-se como uma questão multifacetada e complexa, influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais. Ao longo desta análise, ficou evidente que as razões para a evasão vão além de dificuldades acadêmicas, abrangendo transtornos psicológicos, barreiras tecnológicas e pressões econômicas. Esse fenômeno impacta negativamente não apenas o cenário educacional, mas também a estrutura social, perpetuando ciclos de exclusão e pobreza que dificultam o pleno exercício da cidadania. A desarticulação entre políticas de educação básica e profissional parece sugerir que a vivência dos estudantes nessas insti- tuições pode ser marcada por uma desconexão entre suas expectativas formativas e as práticas pedagógi- cas vigentes. Tal desconexão contribui para a evasão escolar, já que muitos alunos se deparam com um modelo educacional focado em competências técnicas voltadas ao mercado de trabalho, frequentemente negligenciando suas necessidades sociais, emocionais e acadêmicas. Esse desalinhamento entre expectativas estudantis e as abordagens educacionais adotadas aponta para uma problemática de ordem estrutural. Políticas educacionais voltadas prioritariamente às demandas imediatas do mercado tendem a priorizar uma formação funcional, em detrimento de uma abordagem integral que valorize o desenvolvimento humano e a formação cidadã. Para estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, essa formação limi- tada pode gerar impactos ainda mais significativos na motivação necessária para concluir os estudos. As- pectos

como autoestima acadêmica, suporte social e formação cidadã muitas vezes recebem pouca atenção no planejamento educacional, comprometendo o engajamento desses jovens com seus cursos. Portanto, a importância de políticas educacionais articuladas às dimensões econômicas e sociais é fundamental para enfrentar o problema da evasão escolar. A implementação de estratégias integradas que ampliem o escopo da formação oferecida pode mitigar os fatores que levam ao abandono escolar, promovendo não apenas competências técnicas, mas também um suporte mais abrangente às necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação De Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Painel de Dados do Observatório da Pós-Graduação. Brasília, DF: Plataforma Sucupira, 2025. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/painel>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emen-das/emc/emc95.htm. Acessos em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2014. Disponível em [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8](http://bd.ca-mara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8). Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acessos em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 506/2013. Plenário. Relator: José Jorge, 13 mar. 2013. Brasília: TCU, 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A506%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 986/2024. Plenário. Relator: Antônio Anastasia, 22 mai. 2024. Brasília: TCU, 2024. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em: 27 maio 2025.

BRITO, Jean Carlos Borges Brito; MARTINS, Dalton Lopes. Revisão sistematizada da literatura na Ciência da Informação: uma descrição detalhada dos passos metodológicos. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 24-47, 2023. Disponível em: <https://re-vistas.usp.br/incid/article/view/209021>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior públicas. Brasília, DF: Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras, 1996. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24676. Acesso em: 03 jun. 2025

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Ranking dos Estados: Arrecadação de CSS da indústria. Brasília, DF: Portal da Indústria, 2025. Disponível: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking>. Acesso em: 30 mai. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica [...]. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 120-22, 18 dezembro 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_document&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mai. 2025.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistematizada. In: KOLLER, S. H. K. et al. (Org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; Silva, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=27542118013>. Acesso em: 02 mai., 2025.

FRIGOTTO, G.; FRANCO, M. C.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. 175 p.

PAGE, Matthew J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 23 fev. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldeli-vrosUSP/catalog/book/932>. Acesso em: 01 fev de 2025.

RUMBERGER, RUSSEL. Introduction. In: *DROPPING out: why students drop out of high school and what can be done about it*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011. p. 1-19.

ZAPULA RODRIGUES, Trícia; MARTINS, Marialnes; ARANTES, Paola Gabriela da Costa. Database: Technical courses dropout in the Federal Network of Professional and Technological Education: a Systematic Review, based on Theses and Dissertations. *Mendeley Data*, V1, doi: 10.17632/2w7d988yst.1, 2025. Disponível em: <https://data.mendeley.com/datasets/2w7d988yst/1>. Acesso em: 11 jun. 2025.